



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE n.º B0003/2025

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente procedimento destina-se à **aquisição de artigos classe IX URO VAMTAC ST5**, de acordo com as Cláusulas do presente Caderno de Encargos;
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Local de entrega

O objeto do contrato será entregue no/a **Unidade de Apoio Geral de Material do Exército**, sito em **Estrada do Infantado, 2890-403 Benavente, Portugal**.

Artigo 3.º

Prazo de execução

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de **120 dias**, a contar do dia útil seguinte à data do envio do Pedido de Compra emitido pela Direção de Aquisições ou da outorga do contrato nos procedimentos plurianuais;
2. Mediante pedido devidamente fundamentado pelo Adjudicatário, e apenas nas situações em que o prazo de entrega seja superior a 60 dias, pode a Entidade Adjudicante autorizar que os bens sejam entregues



de forma faseada pelo Adjudicatário, desde que não seja ultrapassada a data limite prevista no presente Caderno de Encargos para a entrega da totalidade dos bens;

3. O fornecimento de material não conforme e rejeitado não suspende o prazo de entrega.

Artigo 4.º

Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento;
2. O preço máximo a pagar pela Entidade Adjudicante é de **345.065,00 € (trezentos e quarenta e cinco mil e sessenta e cinco euros)**, s/IVA, sendo o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar, não sendo admitidas propostas cujo valor proposto exceda o preço máximo fixado;
3. O preço base foi determinado com base nos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos com o mesmo objeto.

Artigo 5.º

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, após a aceitação definitiva dos bens prevista no artigo referente à **Aceitação**;
2. Eventuais propostas de adiantamentos estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
3. Em caso de incumprimento no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
4. Nos termos da legislação em vigor, o Adjudicatário deve remeter a(s) fatura(s) eletrónica(s), através da eSPap por via do Portal FE-AP, para a Direção de Aquisições, para a morada:

Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, nº 49 – 2º, 1399-056 Lisboa.



Artigo 6.º**Cessão Financeira (Factoring)**

1. Recai sobre o Adjudicatário a obrigação de:
 - a. Informar, o eventual futuro adquirente dos seus créditos, da existência desta cláusula, nos termos da qual é acordada a necessidade de prévio consentimento da Entidade Adjudicante para a cessão;
 - b. Solicitar consentimento prévio à Entidade Adjudicante sempre que pretenda celebrar um contrato de Cessão Financeira ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato.
2. A solicitação do pedido de consentimento prévio deve referir, imperativamente, os seguintes pontos:
 - a. Identificar claramente qual o contrato celebrado com a Entidade Adjudicante, por via desta Direção de Aquisições, que ficará abrangido pelo contrato de Cessão Financeira (Factoring) ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato;
 - b. Identificação da Entidade Financeira com quem se pretende celebrar o Contrato de Cessão Financeira ou qualquer outro contrato de cessão dos créditos que lhe advenham em virtude da execução do presente contrato;
 - c. Outra informação considerada pertinente e que deve vir explícita na solicitação.
3. A Entidade Adjudicante dispõe de 10 dias úteis, contados desde a data da receção da solicitação referida em 1., apresentada pelo Adjudicatário, para comunicar a esta a sua decisão por escrito. Findo o referido prazo, deve presumir-se o consentimento;
4. A Entidade Adjudicante só efetuará pagamentos à Entidade Financeira após verificada a situação contributiva e tributária, quer daquela, quer do Adjudicatário.

Artigo 7.º**Aceitação**

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade do objeto do procedimento, cabe à Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística declarar a aceitação definitiva do objeto do procedimento fornecido, ficando registada a data de aceitação do mesmo;
2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Repartição de Controle de Qualidade do Gabinete do Comandante da Logística através da emissão de ofício que considere encerrado o processo de aceitação do objeto do procedimento;
3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verificar a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao Adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das



irregularidades detetadas, sob pena de aplicação das sanções pecuniárias previstas nos termos do respetivo artigo deste Caderno de Encargos;

4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio e do n.º 2 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos;
5. Nas situações previstas do artigo referente ao prazo de execução do presente Caderno de Encargos, para efeitos de aceitação, apenas serão considerados os bens entregues num intervalo não inferior a 30 dias desde a última entrega parcelar.

Artigo 8.º

Garantia e Assistência Técnica

1. O Adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo à Entidade Adjudicante, os bens fornecidos, com integral respeito por todas as suas características, pelo prazo exigido nos termos da legislação aplicável;
2. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior;
3. O Adjudicatário deverá fornecer os bens adjudicados de acordo com as especificações técnicas constantes das peças processuais do presente procedimento e na qualidade requerida pelas leis do mercado e de acordo com as amostras ou outros dados que serviram de base à adjudicação do procedimento obrigando-se dentro dos prazos que lhe foram definidos na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo aquele que, com base nos pareceres técnicos, não for considerado dentro das características e condições requeridas;
4. Quando a Entidade Adjudicante tiver dúvidas sobre a qualidade dos bens fornecidos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios além dos acima previstos, acordando, previamente com o Adjudicatário as regras e procedimentos a adotar. A realização de testes ou ensaios adicionais suspende o prazo de aceitação dos bens durante o período estritamente necessário para a sua realização;
5. Em caso de anomalia detetada no âmbito da execução contratual, o Adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito aos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao Adjudicatário.



Artigo 9.º**Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias**

1. Na execução do contrato, o Adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável. À Entidade Adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU;
2. Pretende-se, considerando as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entre a Entidades Adjudicante e os Adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis.

Artigo 10.º**Sigilo**

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante, ou outras, de que venha a ter conhecimento em consequência da execução do contrato.

Artigo 11.º**Proteção de dados pessoais**

1. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Entidade Adjudicante;
2. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Entidade Adjudicante;
3. No caso em que o Adjudicatário seja autorizado pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, a mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, obrigando-se a garantir que as empresas subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas;
4. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:



- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso durante a execução do Contrato, ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - f. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g. Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente a esta matéria.
5. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato;
6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador.

Artigo 12.º

Documentação

1. O Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante, aquando do fornecimento dos bens/serviços, catálogos e demais documentação relevante, relativa aos bens/serviços objeto do contrato, caso existam;



2. O Adjudicatário procederá ainda à entrega do certificado de conformidade emitido pelo organismo de garantia da qualidade do país produtor e do certificado de qualidade emitido pelo departamento de qualidade do fabricante;
3. A Entidade Adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

Artigo 13.º

Controlo e fiscalização

1. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de fiscalizar o cumprimento das condições contratuais;
2. O Adjudicatário obriga-se a prestar todo o tipo de dados referentes ao fornecimento objeto do presente contrato, sempre que sejam solicitados pela Entidade Adjudicante.

Artigo 14.º

Sanções

1. Se o Adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega dos bens ou na prestação do serviço, ou na situação prevista no n.º 3 do artigo relativo à Aceitação do presente Caderno de Encargos, compete ao Órgão Competente para a Decisão de Contratar proceder de acordo com as seguintes modalidades:
 - a. Resolução do contrato a título sancionatório, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - b. Mantendo-se o interesse na entrega dos bens ou na prestação do serviço, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o Adjudicatário da situação de incumprimento nos termos do n.º 1 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, estabelecendo para o efeito um prazo razoável para a sua execução.
2. Caso se opte pela manutenção do contrato, conforme previsto na alínea b. do número anterior, e o Adjudicatário mantenha o incumprimento contratual dentro do prazo razoável, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar procederá de uma das seguintes formas:
 - a. Resolução do contrato a título sancionatório, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - b. Notificação da aplicação das sanções previstas no n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, através da seguinte fórmula:



- 4% do Preço Contratual não sujeito a IVA por cada dia de atraso.

3. Mantendo-se a situação de incumprimento, o Adjudicatário será notificado da resolução do contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, assim bem como das sanções a liquidar.

Artigo 15.º

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, desde que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, na sequência do qual foi celebrado o contrato, que será indicado pelo Contraente Público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o Contraente Público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão da entrega do bem/prestação de serviços;
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original;
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada;
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário, na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor;
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão;
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo Contraente Público aos respetivos depositários ou emitentes;
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a Entidade Cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.



Artigo 16.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato;
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas;
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Artigo 17.º

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato efetivo e suplente nomeados pela Entidade Adjudicante;
2. Nas situações em que o contrato não seja reduzido a escrito, o Gestor do Contrato efetivo e suplente serão indicados no Pedido de Compra;
3. Em caso de alteração ao Gestor do Contrato, será comunicado o novo Gestor do Contrato designado através de correio eletrónico, assumindo funções a partir da data de envio dessa comunicação.

Artigo 18.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial;
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, aquele efetue e lhe sejam imputadas.

Artigo 19.º

Outros encargos

Todas as despesas, derivadas da prestação de cauções, do eventual pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, bem como demais despesas não previstas relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do Adjudicatário.



Artigo 20.º

Comunicações e Notificações

1. No que concerne às notificações e comunicações entre as partes, e nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, estas são efetuadas através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP);
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as notificações e comunicações podem também ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 21.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis;
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato, devendo a intenção de resolução ser comunicada com a antecedência mínima de 15 dias;
3. Tratando-se de contratos com prazo de execução inferior ao prazo definido no ponto anterior, o prazo referido no ponto anterior reduz-se para 50% do prazo de execução contratual.

Artigo 22.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.



PARTE II
Cláusulas Técnicas

Artigo 24.º

Mapa de Quantidades

Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
1	000001	5120124065793	CHAVE RODAS	10
2	105032	2510332071906	SUPORTE BIELA ESQUERDO	2
3	105033	2510332071907	SUPORTE BIELA DIREITO	2
4	105280	2510332104182	SUPORTE DIREITO TIRANTE RODA	2
5	105281	2510332104183	SUPORTE ESQUERDO TIRANTE RODA	2
6	105282	2510332104537	SUPORTE AMORTECEDOR DIREITO	3
7	105283	2510332104049	SUPORTE AMORTECEDOR ESQUERDO	5
8	11057510	2510332194965	BRAÇO SUPERIOR DIREITO	5
9	11057610	2510332195012	BRAÇO SUPERIOR ESQUERDO	5
10	11057710	2510332195052	BRAÇO SUPERIOR DIREITO	5
11	11057810	2510332195051	BRAÇO SUPERIOR ESQUERDO	5
12	124202	2910015595916	FILTRO COMBUSTIVEL	50
13	124855	2910015439267	PRÉ-FILTRO DE COMBUSTIVEL	50
14	124894	2590332178785	VISCO	3
15	124925	2940015032271	FILTRO ÓLEO	30
16	127035	2940332080330	FILTRO COMBUSTÍVEL	20
17	135265	2945016171248	FILTRO AR PRINCIPAL	50
18	135266	2940015583396	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO	50
19	135298	3020332180508	POLIA LISA EQUIPADA REENVIO LONGO [ROLOS DE RETORNO]	10
20	135299	3940332180506	POLIA POLI-V EQUIPADA REENVIO CURTO [ROLOS DE RETORNO]	10
21	135300	3020332180510	POLIA LISA EQUIPADA REENVIO CURTO	10
22	135301	3940332180509	POLIA POLI-V EQUIPADA REENVIO LONGO [ROLOS DE RETORNO]	10



Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
23	135303	3020332190911	POLIA AUXILIAR VENTILADOR MOTOR	10
24	13531801	Não tem	ACIONAMENTO VENTILADOR DESLOCADO	25
25	135319	2920146011176	TENSOR	10
26	135320	3030146001670	CORREIA 8PK (ALTERNADOR)	30
27	135324	3120332183444	CASQUILHO SINTERIZADO CENTRAL CORREIA VE	100
28	135329	2990332178786	TENSOR DA POLIE DA CORREIA ALTERNADOR	10
29	135330	2990332178787	TENSOR DA POLIE DA CORREIA	10
30	13535001	1005332178802	SUPORTE DA POLIA DO VENTILADOR	6
31	135390	2590332180528	TAMPAO ENCHIMENTO	5
32	135400	3030150238827	CORREIA 6PK (VENTILADOR)	50
33	135414	2930332178783	PÁS VENTILADOR	5
34	14509301	4720332130567	ACOPLAMENTO	50
35	145306	2590124145466	TAMPAO VASO EXPANSÃO	5
36	165308	2910015081913	ELEMENTO FILTRO CX. VELOCIDADES	80
37	16533901	4330015135166	KIT FILTRO SUCÇÃO	50
38	165347	5330014802502	ANILHA VEDANTE	50
39	165678	5963332180492	UNIDADE DE CONTROLO, CONTROLE DE TRANSMISSÃO	2
40	175136V	2520332178808	CABO EXTERIOR TRAVÃO	5
41	175341V	2520332178788	CAIXA TRANSFERÊNCIA	1
42	185208	2520332095814	CONJUNTO SEMIEIXO	5
43	185217	2640332104335	CONJUNTO RUNFLAT 20"	10
44	185218	2530332104074	TAMPÃO RODA	5
45	185224	2530332135470	RÓTULA REGULAÇÃO DIREITA	25
46	185226	4720332141462	TUBO ENCHIMENTO AR DE PNEU, 20 POL	25
47	18526201V	2530332135476	REDUÇÃO FINAL DIANTEIRA DIREITA	1
48	185271	5365332103971	SEPARADOR LONGO ESQUERDO	1
49	185293	2640332194671	VÁLVULA DE RODA	1



Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
50	185306	2520332125241	FOLE SEMIEIXO LADO GRUPO	10
51	185336	5365332209443	LÂMINA DE REGULAÇÃO	10
52	185369	5365332209707	LÂMINA DE REGULAÇÃO	10
53	195087	2530332104042	DIREÇÃO ASSISTIDA	5
54	19508801	2530332132270	BARRA DE COMANDO COMPLETA	2
55	195089	2520332129734	BARRA DE REGULAÇÃO REDUÇÃO TRASEIRA	5
56	195092	2530332207605	BARRA DIREÇÃO EQUIPADA	3
57	195098	4330123839247	ELEMENTO FILTRO, RESERVATORIO, ÓLEO DIREÇÃO	100
58	195302	2930332183443	RADIADOR REFRIGERAÇÃO ÓLEO DIREÇÃO	5
59	200267	2520332125198	TRANSMISSÃO TRASEIRA CAIXA DE TRANSFERÊNCIA-DIFERENCIAL	5
60	200267	2520332125198	TRANSMISSÃO DIANTEIRA APOIO-DIFERENCIAL	5
61	200295	2590332189195	PONTE APOIO TRANSMISSÕES	5
62	210511	4310332015749	SILENCIOSO VALVULAS PNEUMÁTICAS	5
63	210793	2530332103653	PINCA TRAVÃO FTE DIREITA/ESQUERDA TRASEIRA	5
64	21079902V	6685332178869	INDICADOR DE PRESSÃO	5
65	210972	2530332103652	PINÇA DE TRAVÃO ESQUERDA	5
66	211224	2530124148214	JOGO REPARAÇÃO BORRACHAS PINÇAS	6
67	211259	4720332208133	MANGUEIRA TEFLON RESPIRO REDUÇÃO TRASEIRA	2
68	211271	4720332208134	MANGUEIRA DIREÇÃO	2
69	220174	6240330049185	LUZ INTERMITENTE	10
70	220222	6240123282562	LUZ DE MATRÍCULA	10
71	220375	5920331063028	FUSÍVEL 15A	10
72	220400	5920332044434	FUSÍVEL 7,5 A	10
73	22057112	6220150239201	RETROREFLETOR AMBAR	5



Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
74	220655	5930151997016	RELÉ ARRANQUE SOF	5
75	220713	5920016450937	MAXIFUSÍVEL 50A	10
76	220880	5945123933981	RELÉ 24V	5
77	221069	5920150252855	FUSÍVEL 40A	10
78	22504910	6220151893923	LUZ POSIÇÃO TRASEIRA	5
79	22505010	6220151893924	LUZ POSIÇÃO DIANTEIRA	5
80	22517901	6350150336400	BUZINA	5
81	225059	6240330049186	NEVOEIRO	10
82	225121	5920145636230	FUSÍVEL 25A	10
83	225176	6220151171264	LUZ DE MATRÍCULA	5
84	225430	5920150124895	FUSÍVEL 80A	10
85	225533	6240145628732	MÁXIMO LÂMPADA H1 24V	10
86	225642V	6220332141804	LUZ DIURNA PRESENÇA ESQUERDA	5
87	225643V	6220332141803	LUZ DIURNA PRESENÇA DIREITA	5
88	225778	5945124099737	RELE SECCIONADOR BATERIAS AUXILIARES	2
89	225779	5920998374133	FUSÍVEL MEGA 300 A	2
90	226969	5998994930960	MÓDULO PDM	5
91	227014V	6220332135477	FAROL DE NEVOEIRO	5
92	227130V	6220332141808	FAROL DE MÉDIO	10
93	227131V	6220332141806	FAROL DE MÁXIMOS	5
94	228152	6220150234800	LUZ NEVOEIRO	5
95	228153	6220150234798	LUZ TRASEIRA DIREITA	5
96	228154	6220150234797	LUZ TRASEIRA ESQUERDA	5
97	228158P	6220332189198	FAROL ANTI AÉREO	5
98	228199	5998332207077	UNIDADE DE CONTROLO PROGRAMADA DSE	1
99	228292	6140226318260	AGM BATERIAS AUXILIARES	10
100	228716	2815015855988	UNIDADE CONTROLE ELECTRÓNICO	3
101	230842	2540332006487	BRAÇO ESPELHO RETROVISOR	2
102	235098	2540332069332	ESCOVA LIMPA PARA-BRISAS	10
103	240108	5330332207054	BORRACHA CONTORNO	10



Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
104	240142V	2540332140374	ESPELHO RETROVISOR PORTA DIREITA	5
105	240499	5330332194475	BORRACHA CONTORNO	10
106	243111	2540332202531	SUPORTE ESPELHO RETROVISOR DE PORTA DIREITA	5
107	980598	5340332062223	CINTA PORTA-JERRICÃS	2
108	981730	5930016295278	PRESSOSTATO AR CONDICIONADO	2
109	981809	9390332172626	PERFIL BORRACHA, ESCOTILHA	30
110	98292803	2540332186991	CONJUNTO ACIONAMENTO ABERTURA/FECHO PORTA	1
111	984621V	3950332205298	GUINCHO	1
112	984623	2530146100906	UNIDADE ELETROPNEUMÁTICA CTIS	1
113	984935	5935332207065	CAIXA TORNEIRA AQUECIMENTO	2
114	985001	4820332178872	VÁLVULA CTIS	7
115	985097	3040332189779	AMORTECEDOR BLOQUEÁVEL	6
116	988012	4820332180486	VÁLVULA EXPANSÃO AR CONDICIONADO	2
117	B10293	4730332208132	UNIÃO COTOVELO	25
118	D10000	5305331072820	PARAFUSO M8	10
119	D10015	5305011787349	PARAFUSO	15
120	D10047	5306170297707	PARAFUSO M8 - 125X15 DIN 933	50
121	D10393	5305332076661	PARAFUSO M20-150X120 DIN 267 (10.9)	30
122	D10583	5305145087737	PARAFUSO M10-150X20 DIN7991	5
123	D10639	5306123365239	PARAFUSO M12-150X35 DIN 692124	50
124	D10658	5305332208795	PARAFUSO	25
125	G10087	5330332130595	RETENTOR ESTRUTURA EXTERIOR DIANTEIRA	35
126	G10089	5330123996064	RETENTOR	35
127	G10090	5330332130591	RETENTOR	35
128	G10096	5330332157415	VEDANTE DO GRUPO DIFERENCIAL	35
129	G10127	5330332180608	RETENTOR, CX. TRANSFER. DIM: HS S1 55X80X14	35



Item	Referência	Nato Stock Number ou equivalente	Designação	Quantidade
130	H10228	5310332200761	ANILHA METAL BORRACHA	100
131	H10256	5331332143395	JUNTA TÓRICA SIMPLES EIXO DIFERENCIAL	25
132	J10010	5310121570856	PORCA (M16-150 MM)	50
133	J10018	5310332045829	PORCA AUTOBLOCANTE M10-125 DIN 982	5
134	J10117	5310998753129	PORCA M20-150 DIN 980 - UN	50
135	J10178	5310121729508	NUT M10X125 (PORCA)	100
136	K10017	4730331875630	BRAÇADEIRA	15
137	K13017	5310331042197	ANILHA	10
138	K13035	5310331155649	ANILHA B17 DIN 125	10
139	K18001	5315121564392	CAVILHA DE ALETAS	10
140	L10086	5315332119364	PERFIL CÔNICO	10
141	L10091	2530123990908	RÓTULA DIREÇÃO DIREITA	5
142	L10092	2530123779264	RÓTULA DIREÇÃO ESQUERDA	10
143	L10099	2530123994229	CABEÇA DA BARRA TRANSVERSAL, DIREÇÃO	2
144	L10100	2530123897363	RÓTULA BRAÇO INFERIOR	5
145	M18034	5342331078296	SINOBLOCO	25
146	M18263	9320332186290	BORRACHA ANTIMUNIÇÃO	5
147	984986	2815332209444	CONJUNTO REFRIGERAÇÃO EQUIPADO	5

Direção de Aquisições em Lisboa, **28 de janeiro de 2025**

CHEFE DA DIVISÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS

Original assinado e arquivado no processo)

DOMINGOS MANUEL LAMEIRA LOPES
CORONEL DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

